A atuação do psicólogo nas políticas públicas para crianças e adolescentes

Autor(res)

Patrícia Ferreira De Mendonça
Andrea De Oliveira Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Resumo

Atuação do profissional psicólogo no equipamento público.
A psicologia colaborando no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência, centrando sua atuação na orientação do dado psicológico repassado não só para os juristas como também aos indivíduos que carecem de tal intervenção, para possibilitar a avaliação das características de personalidade e fornecer subsídios ao processo judicial, além de contribuir para a formulação, revisão e interpretação das leis: Avalia as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e em conexão com processos jurídicos, seja por deficiência mental e insanidade, testamentos contestados, aceitação em lares adotivos, posse e guarda de crianças, aplicando métodos e técnicas psicológicas e/ou de psicometria, para determinar a responsabilidade legal por atos criminosos; atua como perito judicial nas varas cíveis, criminais, Justiça do Trabalho, da família, da criança e do adolescente, elaborando laudos, pareceres e perícias, para serem anexados aos processos, a fim de realizar atendimento e orientação O primeiro é o de prevenir
o aumento dos impactos na saúde mental relacionados à redução do bem-estar psicossocial provocado pelos efeitos sanitários, sociais e
econômicos que atinge crianças e adolescentes esse grupos social vem vivenciando de modo mais agudo.
O segundo é o de proteger as pessoas com doenças mentais e seus impactos associados, que podem resultar no aumento de sua vulnerabilidade. Para o conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente (CONANDA), Ao nos integrarmos nessa rede, vamos nos tornando importantes socialmente e vamos nos tornando necessários para que essa rede funcione plenamente
(Conselho Federal de Psicologia, 2003, p. 194).